

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Prezados Acionistas, A Administração da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (doravante "PB-LOG" ou "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2023, a PB-LOG completou 11 anos de existência e atuou alinhada com seu posicionamento estratégico, focando na prestação de serviços logísticos de apoio à operação de *Upstream*, com reconhecida posição competitiva em custo, prontidão e flexibilidade operacional. O resultado do exercício premiou um esforço integrado de todos os nossos colaboradores, com comprometimento e competência, em articulação com nossos parceiros, clientes e fornecedores, sempre visando maiores níveis de operação e segurança. A segurança é prioridade para todo o Sistema Petrobras e, em 2023, nossas operações logísticas alcançaram uma taxa de acidentados registráveis (TAR) de 0.15 acidentados/milhão de homens-hora, um decréscimo de 75% em relação a 2022 e de 73% em relação ao limite de alerta para esse indicador. A empresa buscou executar suas operações comerciais embasadas nas relações de cooperação mútua e respeito aos clientes, com as melhores condições de serviço para garantir o atendimento aos níveis de serviço e não comprometer as necessidades da operação. Os esforços das negociações contratuais proporcionaram a geração de valor e um resultado econômico aderentes aos riscos comerciais e operacionais analisados, assumidos e/ou mitigados e respaldados pelas gerências e pela administração. Esforço integrado de compreender o modelo de negócio da empresa e a consecução efetiva do resultado esperado. O nosso Lucro Líquido auferido no exercício, de R\$ 1.007, representa a eficiência e a escala das nossas operações, será integralmente distribuído ao Acionista sob forma de dividendos. Nesse sentido, antecipamos dividendos à acionista controladora, no valor de R\$ 745 em dezembro de 2023, referente ao lucro auferido no período de janeiro a setembro de 2023. No ambiente de gestão contratual, buscamos ação tempestiva na contratação/cessão de frota para atendimento às nossas demandas de serviço, sempre em colaboração para uma adequada gestão do Pool logístico do Sul-Sudeste e às necessidades das operações de E&P da Petrobras. Ainda, priorizamos a diligência nas medições contratuais. Houve evolução nos controles de atendimento às obrigações acessórias, com mitigação de exposição contratual e a regularização de saldos e provisões com clientes e fornecedores. Tivemos também um ano de consolidação na gestão corporativa, com robustecimento da análise e controles de Riscos Empresariais e de Integridade, com consequente impacto positivo na governança da Cia. A integração das linhas de defesa foi um pilar de trabalho com iniciativas que evoluem de maneira consistente a gestão. A PB-LOG busca a melhoria contínua dos seus processos e a garantia de altos padrões de segurança, eficiência, ética e integridade, certa de que ainda possui importantes iniciativas de gestão para atender às demandas e expectativas de seus clientes em um ambiente de rápidas e constantes mudanças. Agradecemos a todos os nossos *stakeholders* pela cooperação ao longo do ano 2023 e reafirmamos que continuaremos envidando esforços para alcançar novos desafios e objetivos em 2024.

A Administração

SOBRE ESTE DOCUMENTO

O presente Relatório da Administração visa atender aos normativos vigentes, como a Lei nº 6.404/76, e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Este relatório reflete a realidade da Companhia e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria. Além disso, as informações financeiras contidas nesse relatório foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este documento pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, consequentemente, não são garantias de nossos resultados futuros. Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

PERFIL CORPORATIVO

A PB-LOG: Desde a sua constituição, a PB-LOG estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro, atuando prioritariamente na logística de suporte *offshore* e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo bens e serviços necessários às atividades de seus clientes. A Companhia tem concentrado suas operações em Consórcios operados pela Petrobras em todo o território nacional. A abrangência da sua infraestrutura e a disponibilidade de recursos proporcionam a agilidade no atendimento de operações complexas. Suas bases, estrategicamente posicionadas junto às grandes bacias produtoras, permitem à PB-LOG ofertar um amplo rol de serviços integrados.

VISÃO, MISSÃO E VALORES

Nossa missão, visão e valores foram reafirmados no Plano Estratégico 2024-2028:



ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Fundada em novembro de 2012, a PB-LOG é uma Sociedade Anônima de capital fechado e subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico (PE) apresenta expectativas de longo prazo da PB-LOG e estabelece (i) o conjunto de cenários prováveis que podem interferir no ambiente de negócios, e (ii) os preceitos e orientações do Acionista a serem seguidos para consecução dos objetivos empresariais. Assim, este documento explicita as principais metas a serem alcançadas e os recursos necessários para a consecução dos objetivos nos próximos cinco anos. O Plano Anual de Negócios (PAN) detalha o primeiro ano do PE, estabelecendo compromissos de curto prazo, essenciais para o alcance das metas de longo prazo. Assim, os diretores da Companhia acompanham, mensalmente, a execução do PAN, por meio de Reuniões de Análise Crítica (RACs). Nessas reuniões, a equipe técnica avalia o desempenho da empresa em relação ao PAN e acompanha as perspectivas do mercado e define eventuais correções ou ações necessárias para o alcance de seus objetivos.

MODELO DE NEGÓCIO

A PB-LOG tem por modelo de negócio e foco a atuação integrada em serviços de logística e controle de emergência, com flexibilidade e baixo custo para as operações dos consórcios de E&P operados pela Petrobras.

Logística integrada

A PB-LOG está capacitada a fornecer serviços de logística integrada para atender todas as demandas típicas de unidades marítimas de produção ou exploração. Através de uma vasta gama de serviços que vão desde a armazenagem e transporte marítimo de cargas, passando por serviços portuários, transporte aéreo, marítimo e o controle de emergência com equipes treinadas para estes eventos. A PB-LOG integra todos os modais logísticos da cadeia de E&P, promovendo uma operação otimizada em seus diversos elos.

Controle de Emergência (CE)

A PB-LOG, em seu esforço de apresentar um portfólio de serviços adequado a seus clientes, disponibiliza o acesso aos recursos para execução dos serviços de Controle de Emergência (CE), cujo escopo consiste no combate ao derramamento de óleo no mar, a disponibilidade dos recursos e equipamentos de combate ao Blowout Submarino e, ainda, a disponibilidade dos recursos mantidos nos Centros de Defesa Ambiental (CDA). Tais escopos podem ser ofertados em conjunto ou separadamente.

GESTÃO E SUPORTE AO MODELO DE NEGÓCIO

Estratégia: No intuito de suportar o seu modelo de negócio, a PB-LOG projeta aprimorar-se nas atividades de controle de emergência, apoio logístico e apoio Marítimo, consolidando sua vocação na logística *offshore*, de modo a ampliar a prestação de serviços para os seus clientes nesta área.

Governança Corporativa: A Companhia desenvolve os seus negócios, orientada pelas melhores práticas de Governança Corporativa, zelando pelo seu objeto social e pautando o seu comportamento dentro dos princípios da transparência, equidade, ética e responsabilidade.

Administração: A Administração da PB-LOG está composta da seguinte forma: Assembleia Geral – É o órgão deliberativo máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, bem como para tomar resoluções que julgar convenientes à defesa do desenvolvimento da Companhia. **Conselho Fiscal** – O Conselho Fiscal da Companhia foi instaurado em 2018, composto por três membros, cujo escopo de atuação se encontra definida nos termos do Estatuto Social da PB-LOG e nas melhores práticas de Governança Corporativa. **Diretoria Executiva** – É o órgão responsável pela execução e operacionalização da Companhia e das diretrizes, orientações e estratégia estabelecidas pela Assembleia Geral. É composta por três membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Corporativo e Financeiro e um Diretor de Operações. **Auditoria Interna** – A Auditoria Interna tem a função de planejar, executar e avaliar as atividades de auditoria interna e suportar o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAE Conglomerado), a Diretoria Executiva (DE) e a Alta Administração no exercício de suas funções junto a PB-LOG, além de atender às demandas do Conselho Fiscal e dos órgãos governamentais (como TCU, CGU, SEST, CGPAR, PREVIC, dentre outros), fornecendo serviços de avaliação e assessoria de forma independente, objetiva e baseada em análises de riscos, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, visando a criação e preservação de valor da organização ao fortalecer os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança e aperfeiçoar suas operações. O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), aprovado pela Diretoria Executiva após manifestação do CAE Conglomerado e da CGU, compreende a proposta de trabalhos da Auditoria Interna, selecionados segundo critérios de avaliação de riscos atribuídos aos processos da cadeia de valor da Companhia, e alinhados a sua estratégia corporativa. O resultado dos trabalhos é formalizado em relatórios de auditoria encaminhados à unidade auditada, sua respectiva Diretoria e ao Diretor Presidente da PB-LOG. Adicionalmente, os trabalhos concluídos e as não conformidades são apresentadas, trimestralmente, ao CAE Conglomerado e ao Conselho Fiscal. **Comitê de Auditoria Estatutário** – Constituído em 2018, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAE Conglomerado), órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petrobras, é regulado de acordo com seu Regimento Interno e pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras – especialmente pela Lei 13.303/16, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto 8.945/16, de 27 de dezembro de 2016. O CAE Conglomerado tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Petrobras, para apreciação das matérias que serão objeto de orientação para as Sociedades do Sistema Petrobras, bem como assessorar a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração (quando houver) ou a Diretoria Executiva destas Sociedades. Dentre as matérias de apreciação do CAE Conglomerado, cabe mencionar: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; (iv) o gerenciamento de riscos; (v) as transações com partes relacionadas; (vi) os cálculos e resultados atuariais dos planos e benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS), e; (vii) a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

Conformidade, Ética e Integridade: A PB-LOG está sujeita às diretrizes, normas e padrões que se aplicam à Petrobras e as Empresas do Conglomerado Petrobras e utiliza-se de toda a estrutura de Segurança da Informação da sua holding. Todas as operações conduzidas pela PB-LOG são realizadas observando os princípios do Código de Conduta Ética, no âmbito das Sociedades do Sistema Petrobras, bem como outras normas e orientações internas, formalmente aprovadas, que definem com clareza os princípios éticos e os compromissos de conduta, que norteiam suas ações, aos quais estão submetidos todos os seus empregados, fornecedores e prestadores de serviços. Com base nas melhores práticas de Governança e Conformidade, a Diretoria Executiva da PB-LOG adota, desde 2015, o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção – PPPC (Programa de Compliance da Petrobras). As práticas contábeis da Companhia estão adequadas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais as práticas contábeis foram alinhadas, estão convergentes ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Administração da PB-LOG monitora estas práticas por meio da Gerência de Gestão Contábil de Empresas, na sua Controladora.

Relacionamento com Partes Interessadas: As decisões internas da PB-LOG que envolvam partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado, tendo como premissa a isonomia nas relações contratuais, zelando pelos interesses da Companhia e de seu acionista controlador. Os gestores da Companhia conduzem suas ações em obediência às políticas e diretrizes vigentes para as Sociedades do Sistema Petrobras, no que diz respeito a qualquer transação com partes relacionadas. A exemplo da Petrobras, o sistema de controles internos da PB-LOG observa o atendimento dos requisitos estabelecidos nas seguintes regulamentações: • Lei 12.846 de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira; • Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; • *Foreign Corrupt Practices Act 1977* (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA); e • *UK Bribery Act 2010*, lei anticorrupção do Reino Unido. A Companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos seus fornecedores e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com Auditorias Externas, entidades estatais pertencentes à administração direta e/ou indireta, aqui abrangendo Agências Reguladoras e órgãos de controle, pauta-se em práticas de transparência e espírito de colaboração.

Canal Denúncia

O Canal de Denúncia Petrobras, ao qual a PB-LOG aderiu em 2016, está disponível para os públicos interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual e outras irregularidades, que podem ser entendidas como ações ou omissões contrárias à lei ou aos preceitos do Código de Conduta Ética e que possam causar dano à PB-LOG, as demais Sociedades do Sistema Petrobras, aos empregados, acionistas e demais públicos de interesse.

Gestão de Recursos Humanos

A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos da Petrobras, estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela Petrobras e pela PB-LOG.

Gestão de Riscos

A gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável, sendo liderada pela Diretoria Financeira da PB-LOG de forma a garantir que as medidas necessárias para o alinhamento entre o apetite ao risco e as estratégias da Companhia sejam executadas e monitoradas continuamente. Conforme definido em seu Estatuto Social, a PB-LOG compartilha o seu processo de gestão de riscos com a Petrobras, permitindo a padronização e aderência metodológica das análises de riscos, nos termos do estabelecido pela Lei 13.303/2016. Nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado e coerente com o nosso Plano Estratégico, sendo os riscos considerados em todas as decisões estratégicas da Companhia e a gestão sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à escalabilidade e integração com a Petrobras.

Os riscos empresariais aos quais a PB-LOG está exposta são classificados em quatro agrupamentos a saber: (i) Financeiro; (ii) Conformidade, Legal e Regulatório; (iii) Operacional, e; (iv) Negócio.

A Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes gerais e responsabilidades, tendo como base os seguintes princípios fundamentais:

A vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não.

A gestão de riscos está alinhada e coerente com o Plano Estratégico da Companhia.

A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua.

Os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, levando em conta os benefícios inerentes à diversificação.

As ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo, os possíveis impactos nos nossos *stakeholders* e devem ser orientadas para a preservação ou agregação de valor e para a continuidade dos negócios.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cenário Macroeconômico

As mais atuais projeções estimam um crescimento de cerca de 2,92% do PIB brasileiro em 2023, mantendo o patamar de crescimento de 2022 de 2,90%. Em que pese ter sido um ano de transição de governo, sujeito a maiores oscilações dos indicadores de mercado, a economia respondeu positivamente manteve-se em crescimento, puxada, principalmente, pelos resultados do setor primário e dos serviços.

No tocante ao segmento de O&G no Brasil, o boletim de conjuntura da Indústria de Óleo & Gás da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), destaca que com mudanças nas estratégias de comercialização de derivados e de gás natural e revisão da legislação tributária incidente sobre a comercialização, houve redução de preços para os consumidores finais de combustíveis. Vale destacar ainda que, agentes do setor anunciaram investimentos em projetos do *downstream* e novo estudo foi instituído com o objetivo de promover o melhor aproveitamento do gás produzido no Brasil.

Neste cenário e com o avanço dos investimentos em E&P pela Petrobras, a PB-LOG manteve a sua operacionalidade, contribuindo na geração de valor com a otimização de recursos operacionais e administrativos.

Desempenho Operacional

O desempenho operacional da PB-LOG tem forte correlação com as práticas e prioridades estabelecidas pela Petrobras e seus consorciados. Desta forma, a Companhia concentrou suas atividades na região Sudeste, principalmente nas bacias de Campos, de Santos e do Espírito Santo, onde se encontram os principais ativos de exploração e produção. Em 2023, a PB-LOG manteve contratos para prestação de serviços logísticos integrados com os consórcios de E&P em produção de BM-5-11, BM-5-09, Libra e Tartaruga Verde. Também adicionou ao portfólio contratos com ativos exploratórios como Sagitário e Júpiter. Já em relação aos de serviços de controle de emergência *offshore*, manteve a prestação para os consórcios de Búzios, Roncador, Mero, Itapu e Sépia. Destacando-se, ainda a saída integral da Companhia dos segmentos de perfuração de Poços e Engenharia Submarina, concluída em dezembro/2022.

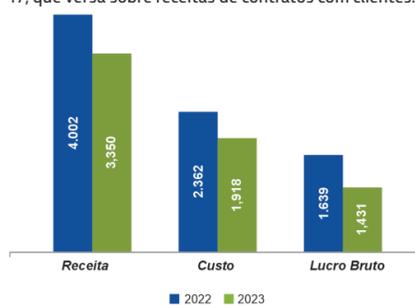
Volume de atendimento Logístico

	2023	2022
Logística Integrada (atendimento unidades/ano)	26	32
Controle de Emergência (atendimento unidades/ano)	31	29
Serviços de Poços (operações/ano)	-	1
Engenharia Submarina (operações/ano)	-	382

Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações

Destaque dos Resultados de 2023

Para fins de comparação, a Companhia avalia seus indicadores com base nas receitas e custos sem os efeitos do CPC 47, que versa sobre receitas de contratos com clientes.



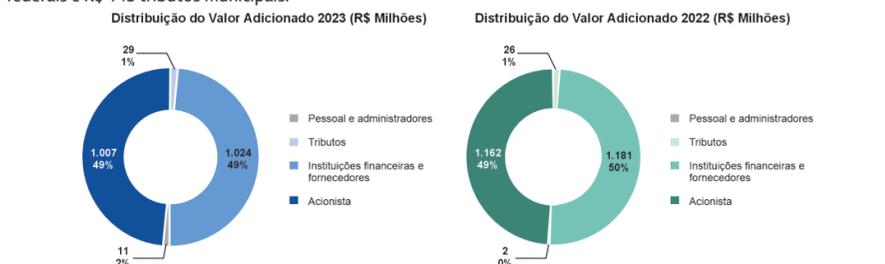
Os efeitos da saída dos segmentos de Serviços de Poços e de Engenharia Submarina, provocaram a redução (i) da receita líquida em 16% (R\$ 3.350 em 2023, frente a R\$ 4.002 em 2022); e (ii) do lucro bruto em 13% (R\$ 1.431 em 2023, frente a R\$ 1.639 em 2022).

Este resultado é reflexo do reenquadramento estratégico de atuação da Companhia, definido pela Controladora. Contudo, a PB-LOG avançou nas operações em Controle de Emergência (+186% dias de operação), representando um aumento no lucro bruto de R\$ 68.

Cabe destacar ainda que os principais indicadores de performance da Companhia foram auferidos acima da meta, destacando-se: (1) o NOPAT (Net Operating Profit After Taxes) que atingiu R\$ 924 (meta de R\$ 771); (2) a geração FCO (Fluxo de Caixa Operacional), que atingiu R\$ 756 (meta R\$ 709); e (3) os gastos com D&A (Despesas Gerais e Administrativas), que reduziram 21% em relação à meta de R\$ 28.

Demonstração do Valor Adicionado e Remuneração ao Acionista

Em 2023, as atividades da PB-LOG geraram R\$ 2.071 em riqueza à sociedade, uma redução de 13% quando comparado ao valor adicionado pela companhia no exercício de 2022. De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela PB-LOG no ano, R\$ 0,54 foi distribuído entre diferentes *stakeholders*: os colaboradores (remuneração e benefícios), o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis) e o acionista (dividendos), conforme demonstrado abaixo. No tocante aos tributos, os quais totalizaram R\$ 1.024 (-13% em relação ao exercício anterior), sendo R\$ 881 tributos federais e R\$ 143 tributos municipais.



Nossa remuneração ao Acionista tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à máxima distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP) de maneira transparente e de acordo com as normas legais e estatutárias.

A proposta de remuneração ao acionista relativa ao exercício de 2023, que será encaminhada pela Administração à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2024, no montante de R\$ 1.007 (R\$ 1.162 em 2022) contempla o dividendo obrigatório no percentual de 25% e dividendos adicionais de 75% do lucro líquido ajustado.

PERSPECTIVAS DO CONTEXTO DE NEGÓCIOS

O cenário macroeconômico para os próximos anos apresenta desafios ao crescimento econômico em meio à estabilização do contexto fiscal. No cenário externo, há risco de desaceleração global, o que pode vir a impactar as exportações brasileiras para grandes mercados, como Estados Unidos e China.

Porém, considerando que as atividades de E&P em águas profundas seguem ritmo próprio, ditado por investimentos com objetivos de médio a longo prazo, o setor deve manter o seu dinamismo e experimentar um crescimento com a entrada de novas unidades de produção.

Neste contexto, a Petrobras prevê investimentos no montante de US\$ 102 bilhões para os próximos 5 anos, dos quais US\$ 73 bilhões estão direcionados para o segmento de Exploração e Produção (E&P). Assim, com os investimentos previstos e com a aproximação da PB-LOG na prestação de serviços complementares às necessidades de serviços logísticos para atendimento das operações da Petrobras, podem surgir oportunidades de negócio adicionais para a Companhia. Para tanto, a Companhia seguirá suas ações de otimização operacional, garantindo sua competitividade, agregando valor aos seus serviços e reafirmando o seu modelo de negócio.

PLANO ESTRATÉGICO 2024-2028

O PE 24-28 reflete a continuidade do reposicionamento estratégico da Companhia, estabelecendo como prioridade a prestação de serviços em Controle de Emergência e logística integrada (este último apenas para consórcios em parceria de pequeno porte), dando maior foco no seu principal eixo de atuação com o intuito de explorar melhor a atividade na qual a Companhia possui grande expertise e vantagem competitiva, saindo das atividades relacionadas a serviços de poços e de engenharia submarina. Este reposicionamento tem reflexo direto na queda da curva de receita e resultado nos próximos anos.

Demonstração do Resultado - Plano Estratégico	R\$ milhões	Margem
Receita Líquida	5.266	
Custo do Serviço Prestado	(3.358)	
Lucro Bruto	1.908	36%
Despesas Gerais e Administrativas	(155)	
Despesas Tributárias	(6)	
Outras Despesas Operacionais	(19)	
Lucro Operacional	1.728	33%
Resultado Financeiro	158	
LAIR	1.886	
IR/CSLL	(641)	
Lucro Líquido	1.245	24%

Para o primeiro ano do PE, estabeleceu-se como métricas de topo a serem acompanhadas na gestão do negócio os seguintes indicadores:

	Unidade	Meta	Tipo
Fluxo de Caixa Operacional	R\$ mil	206.129	Maior-Melhor
Net Operating Profit After Taxes (NOPAT)	R\$ mil	211.081	Maior-Melhor

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras da PB-LOG dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas. Não foram, nos respectivos exercícios, contratados serviços dos auditores que pudessem afetar a independência dos auditores em relação à Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, emitido em xx de xxxxx de 2024, sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2024.

A Administração,

Odalea Elisabeth Franco Lima
Diretora PresidenteOdalea Elisabeth Franco Lima
Diretora de OperaçõesElisandra Collaziol
Diretora Financeira

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores	8	277.203	542.510
Contas a receber, líquidas	6.1	402.362	483.642	Arrendamentos	9	1.083	1.102
Contas a receber - FIDC	6.4	473.370	522.767	Imposto de renda e contribuição social	12.1	63.951	50.723
Imposto de renda e contribuição social	12.1	73	71	Impostos e contribuições	12.2	22.602	26.435
Impostos e contribuições	12.2	19.765	4.169	Outros passivos		14.965	6.756
Ativo circulante		895.571	1.010.650	Passivo circulante		379.804	627.526
Contas a receber, líquidas	6.1	50.896	49.068	Arrendamentos	9	1.099	1.177
Depósitos judiciais	11.2	47.387	43.921	Provisão para processos judiciais	11.1	53.103	50.988
Impostos e contribuições	12.2	51.387	75.417	Fornecedores	8	45.203	43.525
Ativo realizável a longo prazo		149.670	168.406	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.1	1.892	1.145
Imobilizado	7	1.555	1.674	Outros passivos		4.767	2.334
Ativo não circulante		151.225	170.080	Passivo não circulante		106.064	99.169
Total do ativo		1.046.796	1.180.730	Passivo circulante e não circulante		485.868	726.695
				Capital social realizado		249.391	249.391
				Reservas de lucros		311.537	204.644
				Patrimônio líquido	13	560.928	454.035
				Total do passivo		1.046.796	1.180.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Receita de serviços	15	3.341.358	3.642.941
Custo dos serviços prestados	17	(1.910.074)	(2.003.678)
Lucro Bruto		1.431.284	1.639.263
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	17	(22.174)	(20.908)
Tributárias	17	(6.472)	(6.658)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(2.856)	10.059
		(31.502)	(17.507)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		1.399.782	1.621.756
Resultado financeiro líquido	16	125.083	137.681
Receitas financeiras		130.825	119.145
Despesas financeiras		(1.389)	(253)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(4.353)	18.789
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.524.865	1.759.437
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.1	(517.107)	(585.369)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.1	(747)	(12.287)
Lucro líquido do exercício		1.007.011	1.161.781
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	13.6	0,43	0,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.007.011	1.161.781
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	1.007.011	1.161.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		1.007.011	1.161.781
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	17	502	382
Amortização de direito de uso - recuperação de PIS/COFINS	17	(44)	(5)
Provisão (reversão) para processos judiciais e administrativos	18	2.129	(22.438)
Imposto de renda e contribuição social	12.1	517.854	597.656
Encargos financeiros, variação monetária sobre arrendamentos	9	210	229
Variações monetárias não realizadas	16	4.353	(18.789)
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	16	(101.059)	(93.104)
Resultado na baixa de ativos de direito de uso/arrendamentos		(45)	-
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber		80.034	8.183
Impostos a recuperar		10.191	29.874
Outros ativos		(2.108)	(363)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(267.591)	90.226
Processos judiciais pagos		(3.595)	(1.529)
Impostos e contribuições a recolher		(262.481)	(363.103)
Outros passivos		15.900	996
Imposto de renda e contribuição social pagos		(245.230)	(231.709)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		756.031	1.158.287
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros		(3.307.227)	(3.729.030)
Resgates em recebíveis de ativos financeiros		3.457.683	3.652.630
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos		150.456	(76.400)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de arrendamentos	9	(645)	(67)
Pagamento de dividendos	13.5	(905.842)	(1.081.820)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(906.487)	(1.081.887)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
	Capital social realizado	Dividendos adicionais legais	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2022	249.391	49.880	75.825	-	375.096
Lucro líquido do período	-	-	-	1.161.781	1.161.781
Dividendos adicionais pagos referentes a 2021	-	-	(75.825)	-	(75.825)
Dividendos intermediários pagos de 2022	-	-	-	(1.007.017)	(1.007.017)
Dividendos adicionais propostos de 2022	-	-	154.764	(154.764)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	249.391	49.880	154.764	-	454.035
Saldos em 1º de janeiro de 2023	249.391	49.880	154.764	-	454.035
Lucro líquido do período	-	-	-	1.007.011	1.007.011
Dividendos adicionais pagos referentes a 2022	-	-	(154.764)	-	(154.764)
Dividendos intermediários pagos de 2023	-	-	-	(745.354)	(745.354)
Dividendos adicionais propostos de 2023	-	-	261.657	(261.657)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	249.391	49.880	261.657	-	560.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Receitas		
Prestação de serviços e outras receitas	3.847.395	4.247.162
	3.847.395	4.247.162
Insunhos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.911.677)	(2.015.321)
	(1.911.677)	(2.015.321)
Valor adicionado bruto	1.935.718	2.231.841
Depreciação e amortização	(502)	(382)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.935.216	2.231.459
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	135.809	139.057
Valor adicionado total a distribuir	2.071.025	2.370.516
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e encargos	28.859	26.060
	28.859	26.060
Tributos		
Federais	880.033	1.015.721
Municipais	143.218	152.974
Imposto de renda e contribuição social diferidos	747	12.287
	1.023.998	1.180.982
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	10.727	1.376
Despesas de alugueis	430	317
	11.157	1.693
Acionistas		
Dividendos	745.354	1.007.017
Lucros retidos	261.657	154.764
	1.007.011	1.161.781
Valor adicionado total distribuído	2.071.025	2.370.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES: A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia" ou "PB-LOG") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Em 1º de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos. A Companhia mantém transações relevantes com a sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. As atividades operacionais da Companhia estão relacionadas à prestação de serviços de logística integrada e de apoio marítimo, além de construção de poços marítimos e engenharia submarina. Por fim, os contratos de prestação de serviços de construção de poços e serviços submarinos foram encerrados ao final de 2022 devido à descontinuidade destas modalidades de serviço pela Companhia, seguindo orientação estratégica da Controladora. No exercício, não houve ocorrência de receitas ou custos decorrentes de políticas públicas no âmbito da PB-LOG, vinculado ao interesse público na sua controladora Petróleo Brasileiro S.A.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4. A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 08 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes; e (ii) as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da companhia ao longo do próximo exercício social.

4.1. Fontes de incerteza em provisões para processos judiciais e contingências: A companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 11.

4.2. Fontes de incerteza em imposto de renda e contribuição social correntes: As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer situações em que as interpretações das autoridades

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES: 5.1. **International Accounting Standards Board (IASB):** Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16</i>	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants - Amendments to IAS 1</i>	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
<i>Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7</i>	As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.	1º de janeiro de 2024, com regras de transição específicas.
<i>Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21</i>	As emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade. Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa.	1º de janeiro de 2025, com regras de transição específicas.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Em relação aos normativos - *Amendments to IFRS 16* e *Amendments to IAS 1* em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação ao *Amendments to IAS 7 and IFRS 7*, o impacto esperado é de divulgação adicional. Quanto ao normativo que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. **5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor, integralmente ou parcialmente, e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants (Amendments to IAS 1) Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16)</i>	1º de janeiro de 2024
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	<i>Supplier Finance Arrangements (Amendments to IAS 7 and IFRS 7)</i>	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

6. CONTAS A RECEBER: 6.1. Contas a receber, líquidas

	2023	2022
Recebíveis de contratos com clientes		
Terceiros	263	263
Partes relacionadas (Nota 10.1)	453.258	532.710
Total do contas a receber	453.521	532.973
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(263)	(263)
Total do contas a receber, líquidas	453.258	532.710
Circulante	402.362	483.642
Não circulante	50.896	49.068

6.2. Aging do contas a receber terceiros

	2023	2022
Contas a receber	PCE	Contas a receber
Vencidos:		
Acima de 12 meses	263 (263)	263 (263)
Total	263 (263)	263 (263)

6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2023	2022
Saldo inicial	(263)	(263)
Saldo final	(263)	(263)
Circulante	(263)	(263)
Não circulante	-	-

6.4. Contas a receber - FIDC

	2023	2022
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	473.370	522.767
Total	473.370	522.767

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis" considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios. A redução do saldo em 2023 decorre da utilização de recursos para pagamento de dividendos intermediários. **Prática contábil:** As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões. A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original. Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda). Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuírem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

10.1. Transações comerciais e outras operações

	Petrobras	Transpetro	PBIO	PNBV	FIDC-NP	2023 Total	2022 Total
Ativo							
Contas a receber							
Clientes	402.209	153	-	-	-	402.362	483.642
Contas a receber - FIDC	-	-	-	-	473.370	473.370	522.767
Contas a receber por reembolso de contingência (a)	50.896	-	-	-	-	50.896	49.068
Circulante	402.209	153	-	-	473.370	875.732	1.006.409
Não circulante	50.896	-	-	-	-	50.896	49.068
Total	453.105	153	-	-	473.370	926.628	1.055.477
Passivo							
Fornecedores							
Fornecedores	124.199	-	-	30.470	-	154.669	435.169
Fornecedores vinculados a ressarcimentos (b)	45.203	-	-	-	-	45.203	43.525
Arrendamentos	2.182	-	-	-	-	2.182	2.279
Circulante	125.282	-	-	30.470	-	155.752	436.271
Não circulante	46.302	-	-	-	-	46.302	44.702
Total	171.584	-	-	30.470	-	202.054	480.973
Resultado							
Receita de prestação de serviços	3.339.984	1.374	-	-	-	3.341.358	3.642.941
Custos dos serviços prestados	(632.920)	(1.107)	-	(30.470)	-	(664.497)	(799.540)
Despesas administrativas	(17.265)	-	(8)	-	-	(17.273)	(19.250)
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(186)	-	-	-	-	(186)	(6.584)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.307)	-	-	-	101.059	99.752	92.877
Variações monetárias e cambiais líquidas	(9.932)	28	-	-	-	(9.904)	12.956
Total	2.678.374	295	(8)	(30.470)	101.059	2.749.250	2.926.400

(a) Ressarcimentos a serem recebidos. Referem-se aos valores a serem ressarcidos pela Petrobras frente às perdas prováveis com processos judiciais originados das atividades operacionais da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.1.

(b) Ressarcimentos a serem pagos. Referem-se a valor a ser ressarcido à Petrobras frente ao aproveitamento de créditos fiscais de PIS/COFINS originados das atividades operacionais da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.2.

10.2. Receita líquida de prestação de serviços: Referem-se a contratos para prestação de serviços de apoio logístico. O principal cliente da PB-LOG é a Petrobras, na condição de operadora dos consórcios de E&P, correspondendo à quase totalidade da receita dos serviços prestados. **10.3. Membros chave da administração: Remuneração da administração:** As remunerações totais dos membros da Diretoria Executiva da PB-LOG têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Salários e benefícios	1.370	1.618
Encargos sociais	318	357
Previdência complementar	131	134
Remuneração variável	683	1.092
Total	2.502	3.201

Número de membros 3 3
Número de membros remunerados 1,6 2
A PB-LOG, durante o período de vigência dos mandatos dos membros da Diretoria Executiva da Companhia oriundos da Petrobras, patrocina o plano de previdência Petros 2 desses diretores, cabendo integralmente à Petrobras, as obrigações de benefício pós-emprego. **10.4. Remuneração variável: Programa de Prêmio por Desempenho - PRD:** Em 2023, a Diretoria Executiva da PB-LOG aprovou o novo Programa de Prêmio por Desempenho (PRD) para o ano, destinado aos empregados da Petrobras cedidos à PB-LOG ocupantes ou não de função gratificada. Alinhado ao Plano Estratégico da Companhia, esse programa valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em

7. Imobilizado

	2023	2022
Equipamentos e instalações de escritório	1	2
Direitos de uso	1.554	1.672
	1.555	1.674

Os direitos de uso incluem embarcação de apoio operacional e edificação administrativa. A PB-LOG obtém integralmente os benefícios de uso desses ativos. **Prática contábil:** Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

8. FORNECEDORES

	2023	2022
Terceiros no país	122.533	107.341
Partes relacionadas (Nota 10.1)	199.873	478.694
	322.406	586.035

	2023	2022
Circulante	277.203	542.510
Não circulante	45.203	43.525

A Companhia participa de um programa da Petrobras para fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de óleo e gás denominado "Mais Valor", operacionalizado por uma empresa parceira em uma plataforma 100% digital. As faturas performadas dos fornecedores cadastrados na plataforma ficam disponíveis para serem antecipadas em um processo de leilão reverso, cuja vencedora é a instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de desconto para o fornecedor. A instituição financeira passa a ser a credora das faturas antecipadas pelo fornecedor, sendo que a PB-LOG paga as faturas na mesma data e condições originalmente acordadas com o fornecedor. As faturas são antecipadas no programa Mais Valor exclusivamente a critério dos fornecedores e não sofrem alteração de prazos, preços e condições comerciais contratados pela Companhia, bem como não há quaisquer registros de encargos financeiros, sendo mantidas as classificações em fornecedores no balanço e como atividade operacional as variações apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os valores antecipados pelas instituições financeiras aos fornecedores, no escopo do Programa é de R\$ 36.057 (R\$ 678 em 31 de dezembro de 2022), com prazo de pagamento entre 7 e 18 dias e prazo médio ponderado de 10 dias, após atendidas as condições comerciais contratadas.

9. ARRENDAMENTOS: Os arrendamentos incluem obrigações relativas a embarcação de apoio operacional e edificação administrativa, que são ativos dos quais a PB-LOG obtém integralmente os benefícios de seu uso junto à Petrobras. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos no passivo da Companhia está demonstrada a seguir:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.059
Remensuração/Novos contratos	58
Pagamento de principal e juros	(67)
Encargos incorridos no exercício	229
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.279
Circulante	1.102
Não Circulante	1.177
Total	2.279

	2023	2022
Remensuração/Novos contratos	383	(645)
Pagamento de principal e juros	(645)	210
Encargos incorridos no exercício	210	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.182	
Circulante	1.083	
Não Circulante	1.099	

Os pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro estão detalhados a seguir:

	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
Compromissos Estimados			
2024	1.141	(58)	1.083
2025	637	(115)	522
2026	637	(167)	470
2027	120	(39)	81
2028	42	(16)	26
Em 31 de dezembro de 2023	2.577	(395)	2.182
Circulante			1.083
Não circulante			1.099
Em 31 de dezembro de 2023			2.182
Circulante			1.102
Não circulante			1.177
Em 31 de dezembro de 2022			2.279

Prática contábil: A classificação contábil das operações de arrendamento operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados à taxa incremental nominal sobre empréstimos da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas. Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como dos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento. Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

10. PARTES RELACIONADAS: A Companhia segue a política com partes relacionadas da sua controladora Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos eram compostos como seguem:

	Petrobras	Transpetro	PBIO	PNBV	FIDC-NP	2023 Total	2022 Total
Ativo							
Contas a receber							
Clientes	402.209	153	-	-	-	402.362	483.642
Contas a receber - FIDC	-	-	-	-	473.370	473.370	522.767
Contas a receber por reembolso de contingência (a)	50.896	-	-	-	-	50.896	49.068
Circulante	402.209	153	-	-	473.370	875.732	1.006.409
Não circulante	50.896	-	-	-	-	50.896	49.068
Total	453.105	153	-	-	473.370	926.628	1.055.477
Passivo							
Fornecedores							
Fornecedores	124.199	-	-	30.470	-	154.669	435.169
Fornecedores vinculados a ressarcimentos (b)	45.203	-	-	-	-	45.203	43.525
Arrendamentos	2.182	-	-	-	-	2.182	2.279
Circulante	125.282	-	-	30.470	-	155.752	436.271
Não circulante	46.302	-	-	-	-	46.302	44.702
Total	171.584	-	-	30.470	-	202.054	480.973
Resultado							
Receita de prestação de serviços	3.339.984	1.374	-	-	-	3.341.358	3.642.941
Custos dos serviços prestados	(632.920)	(1.107)	-	(30.470)	-	(664.497)	(799.540)
Despesas administrativas	(17.265)	-	(8)	-	-	(17.273)	(19.250)
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(186)	-	-	-	-	(186)	(6.584)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.307)	-	-	-	101.059	99.752	92.877
Variações monetárias e cambiais líquidas	(9.932)	28	-	-	-	(9.904)	12.956
Total	2.678.374	295	(8)	(30.470)	101.059	2.749.250	2.926.400

(a) Ressarcimentos a serem recebidos. Referem-se aos valores a serem ressarcidos pela Petrobras frente às perdas prováveis com processos judiciais originados das atividades operacionais da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.1.

(b) Ressarcimentos a serem pagos. Referem-se a valor a ser ressarcido à Petrobras frente ao aproveitamento de créditos fiscais de PIS/COFINS originados das atividades operacionais da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.2.

que a Companhia busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão. O gasto estimado para o PRD de 2023 dependerá de determinados fatores, tais como desempenho individual dos empregados e resultado das áreas, além das métricas de desempenho da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 a provisão para pagamento do PRD 2023 atingiu R\$ 3.051. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para pagamento do Programa de Prêmio por Performance - PPP 2022 era de R\$ 3.517, que foram pagos em 2023. **Participação nos Lucros ou Resultados - PLR:** Os empregados da Petrobras cedidos à PB-LOG são contemplados pelo Acordo Coletivo de Programa de Participação nos Lucros (PLR) negociado entre os Sindicatos e a Petrobras. O montante estimado de desembolso dependerá dos resultados nas métricas de desempenho da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para pagamento da PLR 2023 atingiu R\$ 2.637 (R\$ 211 em 31 de dezembro de 2022, referente à PLR 2022, pagos em 2023). **10.5. Remuneração do Conselho Fiscal:** Em 30 de maio de 2023, a Assembleia Geral aprovou o montante limite da remuneração dos membros titulares do Conselho Fiscal em R\$ 348, o que corresponde a um limite mensal de R\$ 6, a ser pago no período compreendido entre abril de 2023 e março de 2024, conforme autorizado pela SEST (OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 305/2023/MGI). A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios. No exercício de 2023, a remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais foi de R\$ 6 (mesmo valor em 2022). **Prática contábil:** As provisões dos programas de remuneração variável (PRD/PPP e PLR) são reconhecidas ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

11. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS. 11.1. Processos provisionados:

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a: **Processos fiscais:** Referem-se, principalmente, a auto de infração lavrado em razão de divergência entre entendimentos das autoridades fiscais (Federal e Municipal) e da Companhia; **Processos trabalhistas, destacando-se:** Pleitos de revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados e Petros; e **Processos cíveis:** Principalmente contratos de afretamento. Os valores provisionados são os seguintes:

	2023	2022
Passivo não circulante		
Fiscais	39.906	37.775
Trabalhistas	10.990	11.292
Cíveis	2.	

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

12. TRIBUTOS: 12.1. Imposto de Renda e Contribuição Social**Tributos correntes**

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda	12	11	37.854	27.142
Contribuição social	61	60	26.097	23.581
	73	71	63.951	50.723

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido. Os tributos sobre o lucro no ativo circulante são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de IRPJ e CSLL. O passivo circulante é a parcela a pagar da apuração do IRPJ e CSLL corrente. **Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro do período antes dos impostos	1.524.865	1.759.437
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	518.454	598.209
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas	(576)	(527)
Outros	(24)	(25)
Imposto de renda e contribuição social	517.854	597.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	747	12.287
Imposto de renda e contribuição social correntes	517.107	585.369
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante: O quadro a seguir demonstra a movimentação nos exercícios:		

	2023	2022
Saldo inicial	(1.145)	11.142
Reconhecido no resultado	(747)	(12.287)
Saldo final	(1.892)	(1.145)

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Natureza	Fundamento para realização	2023	2022
Perda de crédito esperada	Baixa definitiva e reversão da provisão	90	89
Provisão para processos judiciais	Pagamento e reversão da provisão	1.085	653
Provisões para PRD/PPP e PLR	Pagamento e reversão da provisão	2.591	1.937
Atualização monetária - Depósitos judiciais	Levantamento dos recursos	(5.645)	(4.356)
Multas contratuais	Baixa definitiva e reversão da provisão	-	738
	Liquidação financeira	(13)	(206)
Total		(1.892)	(1.145)

Impostos diferidos ativos 3.766 3.417
Impostos diferidos passivos (5.658) (4.562)

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos: A Administração considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros.

Prática contábil: A Companhia apura seus tributos sobre o lucro de acordo com a legislação vigente ao final do período que está sendo reportado. Estes tributos são calculados com base no lucro tributável, conforme legislação pertinente, e mensurados pelas alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado, compreendendo os impostos correntes e diferidos. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

12.2. Demais impostos e contribuições

Demais impostos e contribuições	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS (a)	19.705	4.055	51.387	75.417	-	258
Imposto de renda retido na fonte	-	-	-	-	189	-
Imposto sobre serviços	-	-	-	-	22.242	22.539
Outros	60	114	-	-	171	3.638
	19.765	4.169	51.387	75.417	22.602	26.435

(a) No ativo não circulante está incluído saldo de créditos fiscais de PIS/COFINS originados das atividades operacionais da REFAP, no montante de R\$ 45.203 (R\$ 43.525 em 31 de dezembro de 2022) que, a partir da compensação pela PB-LOG, serão objeto de ressarcimento à Petrobras.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 13.1. Capital social realizado: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 249.391, sendo composto por 2.360.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **13.2. Participação acionária:** O capital social da Sociedade é controlado em 100% pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. **13.3. Destinação do resultado e dividendos:** A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos são demonstrados a seguir:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício:	1.007.011	1.161.781
Lucro básico para determinação do dividendo	1.007.011	1.161.781
Dividendos Propostos		
Dividendos intermediários	744.702	1.005.995
Atualização monetária das antecipações - Selic	652	1.022
Dividendos adicionais propostos	261.657	154.764
	1.007.011	1.161.781

13.4. Reserva de lucros. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O montante reconhecido pela PB-LOG (R\$ 49.880 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022) já atinge o limite legal. **13.5. Dividendos:** Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório. O saldo de dividendos adicionais propostos relativos ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$ 154.764, foi aprovado por meio de Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023, e foi pago à Petrobras em 30 de maio de 2023. Os dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no período de janeiro a outubro de 2023, no montante de R\$ 744.702, foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia em 14 de dezembro de 2023, e pagos à Petrobras em 28 de dezembro de 2023. **Dividendos a pagar:** Em 31 de dezembro de 2023, não há saldo de dividendos a pagar aos acionistas da PB-LOG.

	2023	2022
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	-	-
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO	154.764	75.825
Adição por deliberação da DE (antecipação)	744.702	1.005.995
Atualização monetária	8.226	-
Pagamento	(905.842)	(1.081.820)
IRRF sobre a atualização monetária	(1.850)	-
Saldo final	-	-

Prática contábil: A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

13.6. Resultado por ação

	2023	2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.007.011	1.161.781
Quantidade de ações	2.360.959.993	2.360.959.993
Lucro líquido básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,43	0,49

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações. Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude da PB-LOG não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS. 14.1. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Durante os exercícios de 2023 e 2022 não foram identificados derivativos nas operações da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber de clientes, líquidas	402.362	483.642
Contas a receber - FIDC	473.370	522.767
	875.733	1.006.410
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	50.896	49.068
Depósitos judiciais	47.387	43.921
	98.283	92.989
	974.016	1.099.399
Passivo Circulante		
Fornecedores	277.203	542.510
Outros passivos	14.965	6.756
	292.168	549.266
Não circulante		
Fornecedores	45.203	43.525
Outros passivos	4.767	2.334
	49.970	45.859
	342.138	595.125

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados. **14.2. Mensuração dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis. **14.3. Gerenciamento de riscos:** A gestão da Companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos: **14.3.1. Risco de mercado. 14.3.1.1. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade da PB-LOG sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas da Petrobras, não estando, portanto, exposta. **14.3.2. Risco de crédito:** A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo do contas a receber que, por sua vez, é atenuado por possuir como principal cliente a sua controladora Petrobras. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. **14.3.3. Risco de liquidez:** O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas. O risco de liquidez da Companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras. A Companhia utiliza seus recursos principalmente para pagamentos a seus fornecedores e prestadores e a maioria de seus passivos financeiros possuem vencimento menor que um ano.

15. RECEITA DE SERVIÇOS: A receita da Companhia está substancialmente concentrada em operações com sua acionista controladora Petrobras, na condição de operadora dos consórcios de E&P. Abaixo apresentamos a composição da receita na demonstração de resultado do exercício:

	2023	2022
Receita bruta de serviços	3.841.030	4.219.609
ISS	(143.218)	(152.974)
PIS	(63.584)	(75.578)
COFINS	(292.870)	(348.116)
	3.341.358	3.642.941

Prática contábil: Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a prestação de serviços de logística integrada. A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os produtos e serviços distintos prometidos em cada um deles. As receitas de vendas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente, o que geralmente ocorre quando o serviço é prestado. Neste momento, a companhia satisfaz à obrigação de desempenho. São consideradas obrigações de desempenho as promessas de transferir ao cliente: (i) bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; e (ii) uma série de bens ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. As vendas são realizadas em prazos curtos de recebimento, não havendo assim componentes de financiamento significativo.

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2023	2022
Receitas Financeiras	130.825	119.145
Receita com recebíveis de ativos financeiros - FIDC (a)	130.816	119.138
Receita com depósitos judiciais	10	6
Outros	(1)	1
Despesas Financeiras	(1.389)	(253)
Juros	(1.193)	(24)
Despesas com passivos de arrendamento	(196)	(229)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(4.353)	18.789
Atualização monetária de dividendos antecipados e dividendos a pagar	(7.574)	1.022
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.794	3.609
Atualização monetária de impostos a recuperar	1.759	2.426
Outros	(2.332)	11.732
	125.083	137.681

(a) Maior rendimento com aplicações no FIDC, em função de maior disponibilidade de recursos em aplicação financeira (FIDC).

17. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	2023	2022
Gastos com pessoal (administrativo)	(14.079)	(12.928)
Compartilhamento de gastos com a Controladora (administrativo)	(6.197)	(6.912)
Depreciação e amortização (administrativo)	(404)	(303)
Outras despesas administrativas	(1.494)	(765)
PIS/COFINS sobre rendimentos do FIDC e demais impostos e taxas	(6.472)	(6.658)
Afretamentos de embarcações e aeronaves	(1.151.816)	(1.233.556)
Serviços logísticos	(662.314)	(685.647)
Operações terrestres	(67.152)	(63.777)
Serviços de SMS	(13.468)	(5.024)
Gastos com pessoal (operacional)	(8.788)	(7.540)
Compartilhamento de gastos com a Controladora (operacional)	-	43
Depreciação e amortização (operacional)	(54)	(74)
Outros custos operacionais	(6.482)	(8.103)
	(1.938.720)	(2.031.244)

Na demonstração de resultado:		
Despesas gerais e administrativas	(22.174)	(20.908)
Despesas tributárias	(6.472)	(6.658)
Custos dos serviços prestados	(1.910.074)	(2.003.678)
	(1.938.720)	(2.031.244)

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Provisões e/ou perdas com processos judiciais (a)	(2.129)	19.318
Despesas com ociosidade de embarcações	(5)	(7.724)
Multas contratuais (b)	2.804	(395)
Remuneração variável, prêmio por desempenho e PLR	(5.607)	(3.685)
Outras receitas (despesas), líquidas	2.081	2.545
	(2.856)	10.059

(a) Contém efeito de divisão de custos e ressarcimento em 2022 com a Petrobras referente às contingências.

(b) Multas contratuais aplicadas à empresas prestadoras de serviços.

DIRETORIA EXECUTIVA

ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA
Diretora PresidenteELISANDRA COLLAZIOL
Diretora FinanceiraODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA
Diretora de Operações

EDUARDO SEIXAS - Contador - CRC/RJ 087203/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.** Rio de Janeiro - RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado nas notas explicativas n's 1 e 10, chamamos a atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, principalmente envolvendo à receita de serviços e os custos de serviços prestados. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos firmados entre a Administração da Companhia e a Petrobras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria